

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Flávia Zanetti Rezende Silva

Ingrid Nayara de Andrade Oliveira

Jussara Silva Coelho

Lorrani Beatriz Santiago Ferreira

Pamela Naiara de Souza

TAXAS DE JUROS:

financiamento das atividades empresariais

Belo Horizonte

2015

Flávia Zanetti Rezende Silva
Ingrid Nayara de Andrade Oliveira
Jussara Silva Coelho
Lorrani Beatriz Santiago Ferreira
Pamela Naiara de Souza

TAXAS DE JUROS:
financiamento das atividades empresariais

Trabalho apresentado a todas as disciplinas, como requisito parcial para obtenção de nota no curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Professores: Cristiano Moreira da Silva, Joao Virgilio Sifuentes Costa, Marco Antônio Pereira, Nivaldo Carvalho da Silva, Paola Faria Lucas de Souza e Sergio Eduardo Enoch.

Belo Horizonte

2015

As decisões de financiamento são tomadas para captação de recursos financeiros para financiamento dos ativos correntes e não correntes, considerando-se a combinação adequada dos financiamentos a curto e a longo prazos e a estrutura de capital. (Masakazu Hoji, 2012)

RESUMO

As atividades empresariais de financiamentos refletem os efeitos das decisões tomadas sobre os financiamentos de atividades de investimento e de operações. Essas atividades estão classificadas no passivo financeiro e no patrimônio líquido. No lado direito do Balanço Patrimonial, encontra-se representada toda a estrutura financeira da empresa, e o fluxo de caixa é peça chave para a tomada de decisões em qualquer empresa, principalmente quando nos referimos às finanças empresariais. Por se tratar de um elemento de controle da entrada e saída de recursos financeiros, ele tem ganhado cada vez mais espaço e atenção dos gestores por se tratar de um método que nos mostra se empresa terá condições ou não de arcar com seus compromissos.

O IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) incide sobre as operações realizadas por instituições financeiras; por empresas que exercem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring); entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física.

Já as taxas de inflação são controladas pelo Banco Central Nacional. Eles precisam determinar as taxas controláveis para que os objetivos sejam conquistados, mas, contudo não deixando que essas taxas cheguem muito próximas a zero, pois pode haver uma queda constante nos preços, levando à economia a ruína.

As taxas de juros que incidem sobre os financiamentos de atividades empresariais podem variar de acordo com cada instituição financeira. Dentre os financiamentos para aprimorar os negócios empresariais, está o financiamento de capital de giro que é muito utilizado para investimentos em infraestrutura, máquinas, frota e equipamentos; financiamento de folha de pagamento, estoque, despesas e impostos; antecipação de recebíveis diversos, como cheques, duplicatas, venda com cartões de crédito e contratos; ajuste de fluxo de caixa sazonal; entre outras finalidades.

ABSTRACT

Corporate financing activities reflect the effects of the decisions taken on the financing of investment activities and operations. These activities are classified as financial liabilities and shareholders' equity. On the right side of the balance sheet, is represented throughout the company's financial structure and cash flow is key element for decision-making in any business, especially when we refer to business finance.

Because it is a control element of the input and output of financial resources, it has gained more and more space and attention of the managers because it is a method that shows whether or not the company will be able to cope with their commitments.

The IOF (financial operations tax) levied on transactions by financial institutions; by companies that carry out activities in a cumulative and continuous provision of credit advisory services, marketing, credit management, risk selection, account administration payable and receivable, purchase of receivables resulting from commercial credit sales or provision of services (factoring); between legal entities or between legal entities and individuals.

Since inflation rates are controlled by the National Central Bank. They need to determine the controllable rates so that the objectives are achieved, but yet not letting these charges come very close to zero, as there may be a steady decline in prices, leading to economic ruin.

Interest charges on the business activities of financing may vary according to each financial institution. Among the funding to improve enterprise business is the financing of working capital that is widely used for investments in infrastructure, machinery, and equipment fleet; payroll financing, inventory, expenses and taxes; anticipation of various receivables such as checks, bills, sales with credit cards and contracts; setting seasonal cash flow; among other purposes.

LISTA DE SIGLAS

BACEN - Banco Central do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa

EFPC - Entidades Fechadas de Previdência Complementar

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGPDI - Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna

IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado

IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras

IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	ATIVIDADES EMPRESARIAIS.....	9
2.1	Relações entre as atividades empresariais e demonstrações contábeis.....	9
2.2	Demonstração do Fluxo de Caixa.....	9
3	TRIBUTAÇÕES INCIDENTES NAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS EMPRESARIAIS.....	10
4	INFLAÇÃO E JUROS.....	12
4.1	Índices de inflação.....	13
4.2	Taxas de juros.....	14
5	ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA COMPLEMENTAR....	17
6	INSTITUIÇÕES DO SISTEMA NACIONAL FINANCEIRO.....	18
6.1	BNDES.....	18
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
	REFERÊNCIAS.....	21

1. INTRODUÇÃO

As atividades empresariais abrangem recursos financeiros e guia-se para a obtenção de lucros. O financiamento das atividades empresariais é realizado mediante o emprego de diferentes tipos de fundos adquiridos externamente ou criados no curso normal das operações. Uma classificação maior divide esses fundos em dois tipos: capital próprio e capital de terceiros.

O capital próprio é o recurso que vem das contas de Patrimônio Líquido e os de terceiros corresponde aos Passivos Circulantes e os Realizáveis ao Longo Prazo.

As relações entre as atividades empresariais e as demonstrações contábeis no mundo de hoje em que vivemos mostra que cada vez mais devemos ter profissionais qualificados para ter uma gestão mais correta sobre as varias inovações que gera no mercado.

As inflações e juros hoje em dia estão maiores pelo fato da queda que o país esta sofrendo com o aumento da moeda, fazendo com que os preços aumentem, gera mais desemprego e afeta o investimento e a distribuição da renda da população.

Já as taxas de juros variam de acordo com o financiamento das atividades empresariais, ou seja, de acordo com cada instituição financeira.

2. ATIVIDADES EMPRESARIAIS

As empresas de negócios são entidades com uns dos principais objetivos de produzir bens e serviços e maximizar seu valor de mercado, pois logo estará aumentando a riquezas dos proprietários. Devido a isso, a atividades exercidas na empresa é de grande importância para o seu desenvolvimento, elas podem ser classificadas de acordo com a sua natureza em: operações, investimentos e financiamentos.

As atividades empresariais de financiamentos refletem os efeitos das decisões tomadas sobre os financiamentos de atividades de investimento e de operações. Essas atividades estão classificadas no passivo financeiro e no patrimônio líquido. No lado direito do Balanço Patrimonial, encontra-se representada toda a estrutura financeira da empresa, em sua constituição estão presentes os recursos próprios que permanecerão indefinidamente na empresa e obrigações vencíveis a curto e em longo prazo.

2.1 Relações entre as atividades empresariais e demonstrações contábeis

No mundo globalizado em que vivemos, estamos cercados de inovações, o mercado exige cada vez mais a presença de profissionais qualificados para uma gestão correta e eficiente de sua empresa, em todos os setores principalmente na área financeira, acompanhando de perto todas as movimentações e o uso eficiente das ferramentas de controle como balanços, demonstrativos, índices e o fluxo de caixa.

2.1.3 Demonstração do Fluxo de Caixa

A DFC - Demonstração do Fluxo de Caixa é uma demonstração contábil que tem por fim evidenciar as transações ocorridas em determinado período e que provocaram modificações no saldo da conta Caixa. Segundo Iudícibus, Marion e Faria (2009, p. 186), o Fluxo de Caixa é baseado nos seguintes fatos:

- A DFC, por sua vez, demonstra a origem e a aplicação de todo dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo. O caixa considerado engloba as contas Caixa e Bancos – por esse motivo, consideramos que seria mais adequada a intitulação Demonstração do Fluxo de Disponível. [...] Utilizamos a denominação DFC por ser a forma geralmente mais adotada. - A análise conjunta da DFC e da Demonstração do Resultado pode esclarecer situações controvertidas sobre o porquê de a

empresa ter um lucro considerável e estar com o Caixa baixo, não conseguindo liquidar todos os seus compromissos. [...] Embora, seja menos comum o porquê de a empresa ter prejuízo, embora o Caixa tenha aumentado.

O Fluxo de Caixa é peça chave para a tomada de decisões em qualquer empresa, principalmente quando nos referimos às finanças empresariais. Por se tratar de um elemento de controle da entrada e saída de recursos financeiros, ele tem ganhado cada vez mais espaço e atenção dos gestores por se tratar de um método que nos mostra se empresa terá condições ou não de arcar com seus compromissos.

Além disso, ele nos mostra qual será o momento necessário de buscar empréstimos para liquidar possíveis dívidas ou quando deverá fazer investimentos com o dinheiro que possa estar em excesso no caixa.

Como o principal objetivo dele é estar analisando toda entrada e saída de dinheiro do caixa da empresa, uma má forma de gestão dessa ferramenta pode ocasionar a ausência de recursos em determinado período para liquidar seus dividendos e, por fim, pode até levar à falência da organização, como consequência mais drástica de uma série de erros em sua administração.

O gestor da empresa ao analisar o fluxo de caixa, deve compreender as melhores alternativas para conseguir atingir as metas da empresa, como o pagamento das dívidas em dia, gerar o capital de giro no seu caixa no curto prazo para não faltar dinheiro e no longo prazo investir a sobra do dinheiro em caixa para maximizar os retornos das suas aplicações financeiras.

Para que sejam diagnosticados os possíveis riscos pelo qual a organização poderá enfrentar para alcançar suas metas e um perfeito desempenho é necessário que a mesma tenha feito um planejamento da empresa no mercado financeiro.

3. TRIBUTAÇÕES INCIDENTES NAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS EMPRESARIAIS

Segundo Neto, Assaf (2003, p. 380) as operações do Sistema Financeiro Nacional podem ser realizadas por meio de quatro grandes segmentos: a) mercado monetário; b) mercado de crédito; c) mercado cambial; d) mercado de capitais.

O IOF incide sobre as operações realizadas por instituições financeiras; por empresas que exercem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção de riscos, administração de contas a pagar e a receber, compra de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring); entre pessoas jurídicas ou entre pessoa jurídica e pessoa física.

A empresa se depara constantemente com novos projetos, novos negócios, novas demandas, novos desafios, que determinam a necessidade de captação de recursos financeiros. Nesse processo, avalia as condições gerais da economia, conhece o mercado financeiro, analisa as decisões operacionais e financeiras a serem tomadas, dimensiona as necessidades de recursos a serem financiados e escolhe a estrutura de capital. Capital é o total de recursos, próprios ou de terceiros, que financiam as necessidades de longo prazo da empresa (LEMES JUNIOR, 2002, p.234).

São contribuintes de fato do IOF - Crédito as pessoas físicas ou jurídicas tomadoras de crédito. São responsáveis pela cobrança do IOF - Crédito e pelo seu recolhimento ao Tesouro Nacional as instituições financeiras que efetuarem operações de crédito; as empresas de factoring adquirentes do direito creditório resultantes de venda a prazo; e a pessoa jurídica que conceder o crédito, nas operações de crédito correspondentes a mútuo de recursos financeiros.

Existem diversas alíquotas de IOF para as operações financeiras, operações de crédito: a alíquota máxima é de 1,5% ao dia sobre o valor das operações, sendo que a alíquota reduzida vigente é de 0,0041% ao dia. Vale lembrar que o recolhimento deste tributo ocorre até o terceiro dia útil da semana subsequente à de sua cobrança.

Renda fixa: o IOF só é devido quando o investidor resgata a aplicação em um prazo inferior a 30 dias. A alíquota nesse caso é regressiva, ou seja, diminui à medida que aumenta o prazo de aplicação. Neste contexto, as alíquotas variam de 96%, para aplicações por 1 dia, até 3% para aplicações por 29 dias. Operações de câmbio: a alíquota estipulada é de 25%.

Contudo, as alíquotas reduzidas vigentes variam de 5%, para o caso de transferências de recursos do exterior em até 90 dias, ou zero, para transferências acima de 90 dias. Simultaneamente, as transferências de recursos para o exterior

têm alíquota de 2% quando vinculadas ao cartão de crédito decorrente de aquisições no exterior, e zero para as demais transferências.

4. INFLAÇÃO E JUROS

Na economia entende-se por inflação o aumento da quantidade de dinheiro em circulação no sistema financeiro e que causa um aumento nos preços. Para Hoji, Masakazu (2012, p.49) a inflação pode ser definida, de forma simples, como o aumento generalizado de preços, que provoca a redução do poder aquisitivo da moeda, isto é, com a mesma quantidade de unidade monetária, passa-se a comprar menos quantidade de produtos e serviços. A inflação na economia afeta os investimentos e a distribuição à renda da população.

A inflação é desfavorável para o país e algumas causas desse acontecimento são:

- Gastos excessivos do governo, ou seja, quando os gastos públicos fazem com que a quantidade de dinheiro que esta em circulação aumente.
- Aumento nos custos de produção: quando o custo de se produzir algo aumenta sem motivo e rapidamente, como por exemplo, o aumento de matérias – primas e outros recursos utilizados pelas empresas.
- Aumento no consumo: O consumismo, ou seja, quando empresas e pessoas não fazem poupança de seu dinheiro e gastam muito rápido.

É difícil encontrar uma única causa, pois a economia age como um organismo vivo onde tudo se inter-relaciona. As consequências da inflação são grandes como o aumento de desemprego, a perda do valor do dinheiro, instabilidade da moeda, aumento no valor do dólar e elevação nos preços em exportação, crescimento das taxas de juros, entre diversas outras.

As políticas econômicas devem ter como objetivo evitar a pressão inflacionária, diminuir as explosões de crescimento e as recessões prolongadas, pois quanto maior for o nível de inflação ou desemprego, mais ativo devem ser as políticas econômicas.

Já em relação a uma política monetária os bancos centrais ao invés de se concentrarem em uma meta de taxa de crescimento da moeda nominal se concentram em uma meta de taxa de inflação.

O Banco Central do Brasil (BACEN) é o responsável pela execução da política monetária no Brasil que tem a disposição de diversos mecanismos de controle, que toma suas decisões de acordo com a necessidade econômica do período que está em análise, tendo como principal preocupação manter os níveis de inflação em baixa, facilitando a estabilidade da economia e o desenvolvimento do país.

4.1 Índices de inflação

Os índices de inflação são usados para medir o comportamento das variações de preços de um grupo de bens e serviços, como:

IGPM (Índice Geral de Preços do Mercado) – registra a inflação de forma ampla e econômica. É calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e registra a inflação de preços desde matérias-primas industriais e agrícolas até bens e serviços finais.

IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem por finalidade de medir somente a variação dos preços de bens que são diretamente consumidos. Como medidor oficial da inflação do país, o IPCA é usado como referência para verificar se a meta estabelecida para a inflação esta sendo feita.

IGPDI- (Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna) – foi criado com a finalidade de medir o comportamento de preços em geral. É usado para reajustar as tarifas públicas, planos de seguros de saúde e contratos de alugueis.

O Banco Central de um país deve manter o controle sobre as taxas de inflação esperada. Eles precisam determinar as taxas controláveis para que os objetivos sejam conquistados, mas, contudo não deixando que essas taxas cheguem muito próximas a zero, pois pode haver uma queda constante nos preços, levando à economia a ruína.

4.2 Taxas de Juros

As taxas de juros que incidem sobre os financiamentos de atividades empresariais podem variar de acordo com cada instituição financeira. Dentre os financiamentos para aprimorar os negócios empresariais, está o financiamento de capital de giro que é muito utilizado para investimentos em infraestrutura, maquinas, frota e equipamentos; financiamento de folha de pagamento, estoque, despesas e impostos; antecipação de recebíveis diversos, como cheques, duplicatas, venda com cartões de credito e contratos; ajuste de fluxo de caixa sazonal; entre outras finalidades.

As taxas podem ser classificadas em pré-fixadas que são definidas antecipadamente e permite que o cliente conheça na data da contratação, o valor exato de todas as parcelas a pagar, que permanecem fixas por todo o contrato. E as pós-fixadas que são dependentes dos índices inflacionários ou de taxas de juros de curto prazo, que podem variar com o tempo e que, portanto, variam conforme varia a economia do país.

Segundo o Banco Central do Brasil, as taxas de juros variam de acordo com diversos fatores, tais como o valor e a qualidade das garantias apresentadas na operação, a proporção do pagamento de entrada da operação, o histórico e a situação cadastral de cada cliente, o prazo da operação, entre outros.

Abaixo está uma tabela retirada do site do Banco Central do Brasil referente à taxa de juros pré-fixadas sobre o capital de giro com prazo de até 365 dias classificados por ordem crescente de taxa em um período de 17/09/2015 a 23/09/2015:

Tabela 1 - Taxa de juros pré-fixadas sobre o capital de giro com prazo de até 365 dias

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	DEUTSCHE BANK S.A.BCO ALEMAO	1,43	18,52
2	BCO VOLKSWAGEN S.A	1,54	20,19
3	BCO CITIBANK S.A.	1,62	21,21
4	BANCO JOHN DEERE S.A.	1,64	21,55
5	BCO CATERPILLAR S.A.	1,67	21,93
6	BRICKELL S.A. CFI	1,68	22,17
7	HSBC BANK BRASIL SA BCO MULTIP	1,69	22,26
8	SCANIA BCO S.A.	1,70	22,49
9	BCO SUMITOMO MITSUI BRASIL S.A.	1,72	22,67
10	BCO VOTORANTIM S.A.	1,76	23,24
11	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,91	25,49
12	BCO ABC BRASIL S.A.	1,93	25,79
13	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	1,96	26,19
14	BANCO RANDON S.A.	2,00	26,75
15	BCO VOLVO BRASIL S.A.	2,00	26,86
16	BANCO BONSUCESSO S.A.	2,07	27,84
17	FINANC ALFA S.A. CFI	2,08	27,98
18	BANCO MONEO S.A.	2,12	28,60
19	BANCO FIDIS	2,24	30,48
20	ITAÚ UNIBANCO BM S.A.	2,25	30,67
21	BCO SOFISA S.A.	2,26	30,77
22	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	2,30	31,30
23	BCO SAFRA S.A.	2,37	32,48
24	BCO TRICURY S.A.	2,47	33,99
25	BCO BANESTES S.A.	2,50	34,47
26	BCO GUANABARA S.A.	2,58	35,81
27	BCO BRADESCO S.A.	2,67	37,12
28	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	2,71	37,85
29	BCO DO EST. DE SE S.A.	2,73	38,19
30	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	2,76	38,71
31	BANCO ORIGINAL	2,78	38,94
32	SANTINVEST S.A. - CFI	2,82	39,57
33	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	2,85	40,12
34	CARUANA SCFI	2,89	40,73
35	CREDITÁ S.A. CFI	2,94	41,51
36	BCO A.J. RENNER S.A.	3,11	44,43
37	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	3,39	49,13
38	PORTOSEG S.A. CFI	3,66	53,91
39	BCO TRIANGULO S.A.	4,07	61,35
40	VIA CERTA FINANCIADORA S.A. - CFI	4,74	74,27
41	DIRECAO S.A. CFI	5,16	82,82
42	SANTANA S.A. - CFI	6,05	102,34
43	BANCO SEMEAR	6,47	112,22

Fonte: Banco Central do Brasil

Suponhamos que um novo empreendedor decidiu contratar um financiamento no valor de R\$ 10.000,00, e realizou simulado em dois bancos para analisar em qual seria mais vantagem obter o financiamento, um no Banco Santander S.A e outro no Banco Mercantil do Brasil S.A. no dia 20/09/2015 referente à capital de giro para pagamento em três meses:

Banco Santander S.A:

N: 6 meses

I: 2,32 % a.a

C: R\$10.000,00

M: R\$ 10.712,27

J: R\$ 712,27

$$M = 10.000(1+0,0232)^3$$

$$M = 10.000 \times (1,0232)^3 \quad J = M - C$$

$$M = 10.000 \times 1.07122720717 \quad J = 10.712,27 - 10.000$$

$$M = \text{R\$ } 10.712,27 \quad J = \text{R\$ } 712,27$$

Banco Mercantil do Brasil S.A:

N: 6 meses

I: 3,17 % a.a

C: R\$10.000,00

M: R\$ 10.981,46

J: R\$ 981,46

$$M = 10.000(1+0,0317)^3$$

$$M = 10.000 \times (1,0317)^3 \quad J = M - C$$

$$M = 10.000 \times 1.09814652501 \quad J = 10.981,46 - 10.000$$

$$M = \text{R\$ } 10.981,46 \quad J = \text{R\$ } 981,46$$

O empreendedor concluiu então, que o financiamento no Banco Santander seria mais vantagem para ele, pois o juros calculado foi menor que o valor do juros no Banco Mercantil do Brasil.

5. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Segundo o Ministério da Previdência Social as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) são entidades constituídas sem fins lucrativos, com o intuito de administrar planos privados de concessão de benefícios complementares de rendas, acessíveis a grupos específicos de pessoas, por intermédio de seus empregadores, chamados de patrocinadores ou das entidades de classe, chamados instituidores.

As entidades fechadas de previdência complementar têm seu próprio estatuto. Que rege diversas regras áreas com o intuito de controlar e estabelecer um padrão de funcionamento. Tendo como sustentação:

- Transparência nas decisões tomadas;
- Domínio dos atos praticados pela diretoria administrativa;
- Decisões colegiadas;

É perceptível a colaboração da previdência complementar para a sociedade, pois através dos recursos adquiridos é possível financiar projetos de curto e longo prazo, dentre as maiores colaborações podemos destacar:

- Capitalização de empresas, através dos investimentos no mercado de ações;
- Financiamentos de projetos de médio e longo prazo;
- Formação de postos de trabalho;
- Manutenção do poder de compra no mercado de consumo, ativando a economia;
- Possibilitar melhor qualidade de vida aos milhares de beneficiários e seus dependentes e, em consequência, à sociedade em geral.

As empresas são beneficiadas ao formarem uma EFPC, pois contam com uma boa reputação que é dada pelos seus funcionários e com a fidelidade dos mesmos. Outro ponto positivo é que as empresas podem tratar como despesas operacionais as contribuições para o fundo de pensão.

Contudo podemos perceber que a previdência complementar fechada é uma importante ferramenta para o financiamento das atividades empresarias, pois além de sua enorme contribuição para sociedade, também conta com a satisfação dos participantes que se sentem mais seguros ao aderir a um plano de previdência complementar fechado, pois poderão contar com uma manutenção em sua aposentadoria, além de terem a certeza que serão bem amparados em casos de acidentes.

6 INSTITUIÇÕES DO SISTEMA NACIONAL FINANCEIRO

Segundo a FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos, a função do Sistema Financeiro Nacional - SFN é a de ser um conjunto de órgãos que regulamenta, fiscaliza e executa as operações necessárias à circulação da moeda e do crédito na economia. É composto por diversas instituições. Se o dividirmos, teremos dois subsistemas.

O primeiro é o normativo, formado por instituições que estabelecem as regras e diretrizes de funcionamento, além de definir os parâmetros para a intermediação financeira e fiscalizar a atuação das instituições operativas. Tem em sua composição: o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Instituições Especiais (Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal).

6.1 BNDES

Hoje em dia o maior banco de financiamentos de longo prazo para investimentos em todos os seguimentos da economia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O BNDES vem aumentando sua linha de investimentos direcionando para saúde, saneamento básico, transportes urbanos, entre outros.

Um dos financiamentos do BNDES é o empreendimento dos sistemas hidroviários, ferroviários, rodoviários e aeroportuário que são por meio da Logística feita pelo BNDES Finem (Financiamento a empreendimentos) que tem condições específicas para cada um, conforme descritos abaixo:

- Modal Hidroviário: Financia também a aquisição de sistemas operacionais de movimentação de passageiros e cargas e equipamentos.
- Modal Ferroviário: Apoia a modernização e recuperação de vias permanentes ferroviárias abrangendo a modernização ou aquisição de sistemas operacionais transportes de cargas e passageiros e de equipamentos.
- Modal Rodoviário: Patrocina os investimentos nos equipamentos, infraestrutura e sistemas operacionais. O valor mínimo para financiamento é R\$ 20 milhões
- Infraestrutura Aeroportuária: Abrangendo as vias de acesso e internas, o banco também patrocina a modernização, inflação e expansão.

Dentre esses financiamentos do setor de logística também tem os Projetos de Eficiência Energética, Aquisição de Bens de capital e Aquisição de Bens e Serviços Importados.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho veio demonstrar a utilidade dos financiamentos para as empresas e os aspectos financeiros e sociais que influenciam os mesmos.

Portanto, o fluxo de caixa é um dos aspectos financeiros onde o gestor da empresa ao analisar o fluxo de caixa, deve compreender as melhores alternativas para conseguir atingir as metas da empresa, como o pagamento das dívidas em dia, gerar o capital de giro no seu caixa no curto prazo para não faltar dinheiro e no longo prazo investir a sobra do dinheiro em caixa para maximizar os retornos das suas aplicações financeiras.

Outro aspecto financeiro são as taxas de juros que incidem sobre os financiamentos de atividades empresariais podem variar de acordo com cada instituição financeira. Elas podem ser classificadas em pré-fixadas que são definidas antecipadamente e permite que o cliente conheça na data da contratação, o valor exato de todas as parcelas a pagar, que permanecem fixas por todo o contrato. E as pós-fixadas que são dependentes dos índices inflacionários ou de taxas de juros de curto prazo, que podem variar com o tempo e que, portanto, variam conforme varia a economia do país.

Concluimos também a grande importância das Instituições do Sistema Nacional Financeiro e em especial ao BNDES que é uma organização governamental que é considerado o maior banco de financiamentos de longo prazo e apoia as empresas que necessitam se organizar através dos financiamentos.

REFERÊNCIAS

A inflação e seus efeitos na renda da população. Disponível em:

<<http://www.webartigos.com/artigos/a-inflacao-e-seus-efeitos-na-renda-da-populacao/95969/>> Acesso em: 03 Out. 2015.

Artigo científico- **A IMPORTÂNCIA DO FLUXO DE CAIXA NO PLANEJAMENTO FINANCEIRO EMPRESARIAL**- Rodrigo Fernando da Silva Marques/ Esliane Carecho Borges da Silva.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor.** São Paulo: Atlas, 2003, p. 380.

BNDES – **Linhas de Financiamentos.** Disponível em:

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Produtos/FINEM/linhas_finem.html> Acesso em: 03 Out. 2015.

BODIE, Zvi. **Finanças.** 1ª ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2002.

BRAGA, Roberto. **Administração Financeira.** 3.ª ed. São Paulo: Atlas, 1990

DAMODARAN, Aswath. **Avaliação de Investimentos: Ferramentas e Técnicas para a Determinação do Valor de Qualquer Ativo.** 1.ª ed. Rio de Janeiro: Quality Mark Editora, 1997.

Disponível em:< <http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior>>, Acesso 05 de outubro de 2015;

FARKAS, Adam. **Principles of Corporate Finance. Financial Times.** Abril, 1996.

HOJI, Masakasu. **Administração financeira e orçamentaria.** 10.ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HUMMEL, Paulo Rober. **Análise e decisão sobre investimentos e financiamentos.** São Paulo: Atlas, 1995.

Inflação: entenda o que é e como nos afeta. Disponível em:

<<http://www.mundodosbancos.com/inflacao/>> Acesso em: 03 Out. 2015.

LEMES JUNIOR, A. B. et al. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras.** Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 234.

Ministério da previdência social, previdência complementar. Disponível em:

<www.abrapp.org.br/Documentos%20Pblicos/GuiaDoParticipante.pdf> acesso em: 04/10/2015

Sindapp, **Fundamentos da previdência complementar.** Disponível em:

<www.fbss.org.br/dados/wwwfbs/publica%3%A7%C3%B5es%20t%C3%A9cnicas/Fundamentos%20da%20Previd%C3%Aancia%20Complementar.pdf>. Acesso em: 03/10/2015

APÊNDICE

Perguntas enviadas ao Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social.

Dados da organização:

Endereço: Avenida República do Chile, 100 | Rio de Janeiro - RJ - Brasil - 20031-917.

CNPJ: 33.657.248/0001-89

Interrogadoras: Flávia Zanetti Rezende Silva, Ingrid Nayara de Andrade Oliveira, Jussara Silva Coelho, Lorrani Beatriz Santiago Ferreira e Pamela Naiara de Souza.

1. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** O que pode ser financiado pelo BNDES?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: O BNDES financia investimentos para implantação, expansão, modernização, ampliação e recuperação de empresas; produção e aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional e credenciados pelo BNDES; e capital de giro.

2. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** O BNDES financia capital de giro? Como funciona esse financiamento?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: Sim. O BNDES oferece um programa apenas para financiamento de capital de giro, o BNDES Progeren. Outras opções são:

BNDES Microcrédito: apoio a microempreendedores individuais (MEI), com CNPJ, e a microempreendedores pessoas físicas, com limite de R\$ 20 mil.

BNDES PER: apoio à retomada da atividade econômica em municípios de até 500 mil habitantes afetados por desastres naturais.

Também é possível solicitar capital de giro associado ao financiamento de um investimento. Isso pode ocorrer no financiamento para compra de máquinas e equipamentos (produtos BNDES Finame ou BNDES Finame Agrícola) ou quando o capital de giro for parte de um projeto de investimento completo de modernização ou expansão da empresa (produtos BNDES Automático ou

BNDES Finem). O valor do capital de giro será um percentual do valor total a ser financiado, que dependerá da linha de financiamento utilizada e do porte da empresa.

3. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** As micro, pequenas e médias empresas tem o apoio de BNDES na hora de obter um financiamento?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: Sim. O apoio do BNDES às micro, pequenas e médias empresas acontece, na maior parte das vezes, de forma indireta, ou seja, por meio de um banco credenciado ao BNDES.

O interessado em solicitar um financiamento deve procurar o gerente do banco credenciado onde tenha cadastro ou possua algum tipo de relacionamento bancário. Esse banco poderá avaliar melhor as necessidades do cliente e as possibilidades deste assumir um compromisso financeiro. É o banco credenciado o responsável pela análise e pela aprovação do crédito.

4. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** E como funciona esse apoio financeiro do BNDES?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: O apoio financeiro pode ser realizado por meio de financiamentos com recursos reembolsáveis ou não reembolsáveis e via subscrição de valores mobiliários. Em alguns casos, o apoio financeiro pode ser feito de forma conjugada, combinando financiamento com subscrição de valores mobiliários, por exemplo, a critério do BNDES.

5. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** Quanto custa um financiamento do BNDES?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: A taxa de juros das operações diretas e indiretas podem ser fixas ou variáveis. Nas operações diretas, realizadas com o BNDES, a taxa de juros final ao tomador é composta por:

Referencial de Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Risco de Crédito

Nas operações indiretas, realizadas por meio de instituições financeiras credenciadas, a taxa de juros final é composta por:

Referencial de Custo Financeiro + Remuneração Básica do BNDES + Taxa de Intermediação Financeira + Remuneração da Instituição Financeira Credenciada.

Alguns programas estabelecem apenas taxas fixas.

6. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** O que é taxa de risco de crédito?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: Nas operações diretas, a taxa de risco de crédito remunera o risco assumido pelo BNDES ao conceder crédito às empresas. Seu valor é de até 3,57% a.a. e pode variar de acordo com a política de crédito do BNDES, que estabelece os gradientes de taxa de risco de crédito aplicáveis a empresas e grupos econômicos.

A taxa de risco de crédito é: fixa em 0,5% a.a para operações garantidas por fiança bancária; de 1% a.a. para a administração pública direta dos Estados, Municípios e Distrito Federal; e isenta para operações com cobertura de risco de crédito da União.

Nas operações indiretas, o risco de crédito é coberto pela remuneração da instituição financeira credenciada, já que é esta quem assume o risco da operação.

7. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** Quais são os valores máximos de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos novos e nacionais de forma isolada, isto é, desvinculados de um projeto de investimento?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: No produto BNDES Finame, não há valor máximo de financiamento. O limite de financiamento é estabelecido em função do valor do equipamento e da capacidade de pagamento do cliente. Se o valor do financiamento ultrapassar R\$ 20 milhões, é necessário que a instituição financeira credenciada encaminhe uma Consulta Prévia ao BNDES.

Quanto ao nível de participação do BNDES, o financiamento é de até 90% do valor dos itens financiáveis (podendo alcançar 100% em alguns casos específicos) na aquisição de bens. Já para o financiamento da produção de equipamentos (financiamento ao fabricante), a participação máxima do BNDES é de 70%.

Em operações do Cartão BNDES, na compra de máquinas e equipamentos, o limite máximo de crédito é de R\$ 1 milhão por banco emissor.

8. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** Qual o prazo total do financiamento do BNDES?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: Nas operações de financiamento a projetos do BNDES Automático (financiamentos até R\$ 20 milhões) e do BNDES Finem (financiamentos acima de R\$ 20 milhões), o prazo será determinado em função da capacidade de pagamento do empreendimento, da empresa ou do grupo econômico.

O prazo total inclui os prazos de carência e de amortização.

Nas operações do BNDES Finame, destinadas somente à aquisição isolada de máquinas e equipamentos, o prazo total fica limitado a 5 anos, com algumas exceções. Já no BNDES Finame Agrícola, esse prazo aumenta para 90 meses.

Em alguns casos específicos, pode haver prazos diferenciados, como nos programas agropecuários e no apoio à exportação.

Nos projetos apoiados na linha BNDES Inovação, o prazo total é de até 12 anos.

9. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** O que é prazo de amortização?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social: O prazo de amortização é o período que se inicia imediatamente após o término da carência. É quando tem início o pagamento do principal dos recursos contratados no financiamento, acrescido da parcela dos encargos capitalizados, quando for o caso.

No período de amortização, é paga, periodicamente, uma parcela do principal, acrescida das capitalizações realizadas, mais a taxa de juros

incidente sobre o saldo devedor da operação. Essa periodicidade normalmente é mensal.

Alguns programas de financiamento poderão ter periodicidade trimestral ou semestral. Na regra geral, o BNDES utiliza o Sistema de Amortização Constante (SAC), mas admite-se em alguns casos o Sistema Francês (Price).

10. **SILVA, Flavia Zanetti Rezende; OLIVEIRA, Ingrid Nayara de Andrade; COELHO, Jussara Silva; FERREIRA, Lorrani Beatriz Santiago e SOUZA, Pamela Naiara:** Há exigências de garantias nos financiamentos com recursos do BNDES ?

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento econômico ou social:

Sim, reais e/ou pessoais. Em geral, o BNDES exige 130% de garantias reais sobre o valor financiado, mas esse índice poderá ser reduzido para até 100% quando a empresa estiver enquadrada em nível de classificação de risco superior ao mínimo, estabelecido a critério do BNDES.

Quando o financiamento for destinado à aquisição de máquinas e equipamentos, deve, necessariamente, ser constituída a propriedade fiduciária sobre os bens objeto do financiamento, a ser mantida até final liquidação do contrato.

No caso do financiamento à exportação, poderá ser utilizado o seguro de crédito à exportação, que possibilita a cobertura dos riscos comercial e político sobre bens e serviços exportados. No Brasil, este instrumento é operado pela Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação (SBCE).